



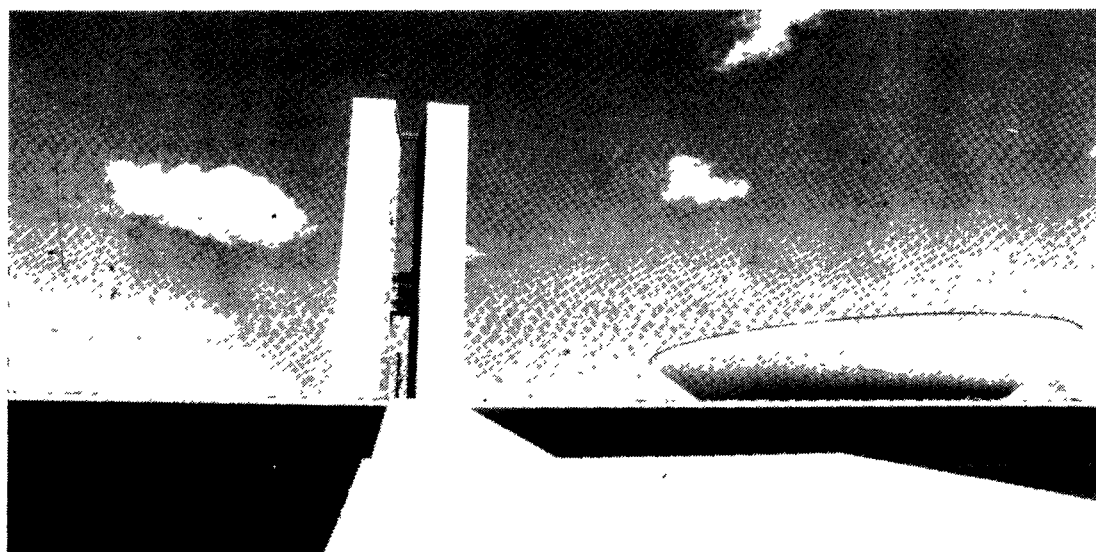
República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 052

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 138ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE MAIO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Doação, pelo Grupo Guglielmi, de lotes urbanos no bairro Cidade Mineira, no Município de Criciúma — SC.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Posse do ex-Deputado Alberto Hoffmann, no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.

DEPUTADO VALMOR GILVARINA — Críticas à entrevista concedida pelo Governador José Richa, de apoio à candidatura do General Costa Cavalcanti à Presidência da República.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matérias que menciona.

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 12, de 1983, que dispõe sobre a alteração do art. 217 da Constituição da República Federativa do Brasil.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para a tramitação da matéria

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 139ª SESSÃO CONJUNTA, EM 23 DE MAIO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Dia da Assistência Social.

DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO — Artigo do jornalista Pedro Gomes, publicado na revista *Veja*, sob o título "O Hiato Democrático".

2.2.2 — Comunicação da Liderança do PDS no Senado Federal

De substituição de membros em comissão mista.

2.2.3 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Juarez Batista e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.2.4 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 138.ª Sessão Conjunta, em 23 de maio de 1983

1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

AS 11 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Amaral Furlan — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Álvaro Dias — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Ronaldo Campos — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; Magno Bacelar — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

EXPEDIENTE

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3 000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Ceará

Alfredo Marques — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Gomes da Silva — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; José Maranhão — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Fernando Lyra — PMDB; José Jorge — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Osvaldo Coelho — PDS; Ricardo Fiúza — PDS.

Alagoas

Fernando Collor — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PDS.

Bahia

Eraldo Tinoco — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Franca Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Leur Lomanto — PDS; Raymundo Urbano — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Theodorico Ferrazo — PDS.

Rio de Janeiro

Brandão Monteiro — PDT; Carlos Pegaña — PMDB; Denisar Américo — PMDB; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; José Eudes — PT; Osmar Leitão — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Jairo Magalhães — PDS; José Carlos Fa-

gundes — PDS; José Ulisses — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Raul Belém — PMDB; Ronaldo Canedo — PDS; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Israel Dias-Novaes — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Genésio de Barros — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Márcio de Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Amadeu Geara — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Ítalo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Dircen Carneiro — PMDB; Epitácio Bitencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Emídio Perondi — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nilton Alves — PDT; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Clarek Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 170 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, no último dia 1.º de maio, o Grupo Guglielmi promoveu a doação de 250 lotes urbanos no Bairro Cidade Mineira, no Município de Criciúma, em nosso Estado, sendo 150 a funcionários da Carbonífera Metropolitana e 100 a famílias carentes daquela localidade, selecionadas pelo Padre Carlos Vechi, que se inscreveram no PROMORAR, mas não conseguiram o imóvel pretendido.

Os empregados beneficiados deveriam preencher duas condições: não possuir imóvel e contar com, pelo menos, 2 anos de trabalho nas empresas do Grupo.

Todos os terrenos foram transferidos aos novos proprietários sem qualquer ônus, com a documentação completamente em ordem, em condições de utilização imediata para a construção de moradia por parte dos que os receberam.

A entrega simbólica ocorreu durante missa celebrada pelo Padre Carlos Vechi na Paróquia Cidade Mineira, em Ação de Graças, na manhã do Dia do Trabalho.

Essa doação, nobres colegas, constitui elo-giável ato de generosidade e demonstra o espírito cristão de seus promotores, vindo minimizar o grave problema do déficit habitacional do Município de Criciúma, a capital nacional do carvão. Merece, por outro

lado, profunda reflexão de todos quantos estão em condições de imitá-lo, em benefício das camadas mais carentes de nossa população.

É estimulante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, verificarmos que ainda existem pessoas preocupadas com as dificuldades de seus semelhantes, os quais procuram acudir nas horas mais difíceis, devolvendo-lhes a esperança e o ânimo para superar os obstáculos que a vida apresenta.

Queremos, nesta oportunidade, parabenizar e elogiar o Grupo Guglielmi, na pessoa de seu ilustre Presidente, Sr. Santos Guglielmi, pelo magnânimo gesto praticado, expressando-lhe a gratidão de toda a comunidade, através deste seu humilde representante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tomou posse no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União o ex-Deputado Alberto Hoffmann que, durante cinco legislaturas, de 1959 a 1982, representou o Rio Grande do Sul nesta Casa, revelando-se atento estudioso dos problemas econômicos e financeiros nacionais, principalmente quanto às matérias referentes ao Direito Tributário.

Nascido em Ijuí, em 1920, Alberto Hoffmann formou-se em Economia, fazendo parte do Conselho Federal de Economistas Profissionais em 1959.

Eleito Deputado Federal em 1959, foi quatro vezes reeleito, pertencendo, sucessivamente, à ARENA e ao PDS.

Deputado Estadual de 1951 a 1959, durante duas legislaturas, foi Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Governador substituto, Vice-Presidente da Comissão de Economia, membro das comissões Mista de Orçamento e do Desenvolvimento da Região Sul, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e Suplente da Comissão de Minas e Energia, foi membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas nesta Casa, suplente da Comissão de Agricultura e Política Rural.

Viajou, na qualidade de Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, em 1960, pela Itália, Alemanha, França, Holanda e Suécia, tendo sido membro da Missão Econômica do Brasil ao Japão, em 1965, representando a Câmara dos Deputados na 58.ª Conferência da União Interparlamentar, em Haia, em 1970, e delegado à vigésima segunda Assembleia da UIOOT na Turquia, em 1971, assumindo a Vice-Presidência da Associação Interparlamentar de Turismo.

Nesta Casa o Ministro Alberto Hoffmann sempre se destacou pela sua atenção nos órgãos técnicos, principalmente na Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, como na Comissão de Agricultura e Política Rural.

Profundo conhecedor do nosso sistema financeiro, foi relator de mais de uma emenda constitucional, relativa à discriminação de rendas, emitindo notáveis pareceres, em que se destacavam a análise profunda do tema proposto, o estilo claro, preciso e conciso, o opinamento amplo, seguro e sereno.

No Tribunal de Contas da União o Ministro Alberto Hoffmann terá ensejo de aplicar seu profundo conhecimento e larga experiência na matéria financeira, honrando a cultura do Rio Grande do Sul e as tradições desta Casa.

Congratulamo-nos com o TCU pela excelente aquisição, desejando ao novo Ministro o mesmo êxito que marcou sua atuação nesta Casa.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIVARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no jornal *O Globo* do dia 21-5, na quarta página, li matéria que me surpreendeu muito. Diz a manchete: "José Richa prefere Costa Cavalcânti, se as eleições presidenciais forem indiretas."

Tenho em mãos trecho do diálogo mantido pelo Governador do meu Estado, José Richa, e do meu partido, com o repórter.

Este pergunta: "O senhor acha que o General Costa Cavalcânti se enquadra no figurino traçado pelo Presidente Figueiredo para seu sucessor?" José Richa responde: "Enquadra-se perfeitamente; enquadra-se muito bem. É um terno feito sob medida."

Mais adiante, o repórter pergunta: "E, agora, o senhor, no caso de uma eleição indireta, como parece que vai prevalecer, apoiaria o nome do General Costa Cavalcânti?" José Richa responde: "Torço por ele."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vejo a posição do Governador do meu Estado, a posição do Governador do meu partido, um tanto delicada, porque não vejo como é que alguém possa lutar por eleições diretas, como é a linha do meu partido, e, ao mesmo tempo, torcer para que um general assuma novamente a Presidência da República. Isso é a mesma coisa que não querer que o veado morra nem que a onça passe fome.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, devo dizer aqui, agora, que não foi na arquibancada política, que não foi torcendo que vencemos essas eleições no meu Estado. Vencemos as eleições, no Paraná, com a camisa molhada de suor, com o rosto sujo de poeira, corpo a corpo, no campo de batalha. De modo que não posso, de forma nenhuma, concordar com a posição assumida pelo Governador do meu Estado. Devo dizer que esta é uma posição infeliz assumida por S. Ex.ª Mas não é uma posição assumida pelo PMDB, pelo menos por mim; não o é nem o será. Chega de general na Presidência da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não há mais oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência comunica que não tendo sido apreciados no prazo estabelecido no § 1.º do art. 55 da Constituição, na redação dada pela Emenda Constitucional n.º 22, os Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 25, 29, 36 e 37, de 1983-CN, serão incluídos em Ordem do Dia, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, conforme determina o citado dispositivo constitucional, *in fine*.

Assim, convoco sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, para apreciação dos citados projetos bem como dos de n.ºs 23, 18, 35, 24 e 28, de 1983-CN, já incluídos em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1.º-Secretário irá proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição n.º 12, de 1983.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N.º 12, DE 1983

Dispõe sobre a alteração do art. 217 da Constituição da República Federativa do Brasil.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição da República, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

O art. 217 das Disposições Gerais e Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 217. O disposto no item II, § 2.º, do art. 152 e no parágrafo único do art. 148, não se aplicam às eleições de 15 de novembro de 1986."

Justificação

Após muitos anos, parecia tornar-se realidade uma das aspirações da sociedade brasileira de ver retomado o pluripartidarismo em nosso País.

Apesar da legislação restritiva então aprovada, surgiram novas agremiações partidárias, além daquelas oriundas de estruturas já existentes anteriormente.

Essas novas agremiações enfrentaram dificuldades de todas as ordens, não só oriundas do casuismo com que se legislou às vésperas da eleição, bem como, por interpretações do Superior Tribunal Eleitoral, em relação a essa mesma legislação votada quase sempre de afogadilho.

Ora, a legislação obrigava a que os partidos tivessem que criar diretórios cartorariamente para cumprir dentro de tempo exíguo, índices mínimos para sua formação, ora levava a dissolvê-los, por obrigatoriedade do lançamento de candidatos próprios em praticamente todos eles, com a finalidade de evitar possíveis coligações.

Somadas todas essas dificuldades à vinculação geral dos votos, as novas agremiações, como era previsível, teriam todo seu esforço anulado, pois anulados teriam sido seus votos se os índices mínimos previstos no item II do § 2.º do art. 152 da Constituição da República não tivessem tido transferida sua vigência para as eleições de 1986.

As mesmas dificuldades persistem após as eleições do ano passado. Os novos partidos só podem crescer à base dos que foram derrotados no último pleito ou pela formação de quadros novos, o que demanda tempo e condições propícias de motivação à participação que, infelizmente, ainda não existe plenamente no País.

A legislação político-partidária ficará praticamente estática até a eleição do futuro Presidente da República, tendo em vista o equilíbrio de forças no Congresso e a estática posição que o Governo deseja manter no Colégio Eleitoral.

Dissemos, propositalmente, que a legislação ficará "praticamente estática" e não estática, porque temos acompanhado o in-

teresse do Governo em implantar o voto distrital misto para as eleições de 1986.

Existindo essas dificuldades e mais a resultante da implantação do voto distrital sem que os novos partidos tenham possibilidade de criarem diretórios politicamente válidos, em número razoável de municípios do País, a competição será ainda mais desigual pela exiguidade de tempo para formação de novos quadros.

Ao propormos a medida dilatadora do prazo para a vigência dos índices mínimos a serem cumpridos pelos partidos, bem como seu respectivo aumento dele no que tange ao voto distrital misto nas eleições, lembramos a necessidade de urgência na implantação de tais medidas, eis que, pela legislação atual, os partidos que não forem viáveis em novembro de 1984 — dois anos antes das eleições — sofrerão um profundo esvaziamento, restando-lhes, provavelmente, apenas filiados que não tenham maior interesse e aqueles que, com mandatos presos pela legislação, certamente não serão reeleitos.

Com a aprovação das medidas propostas, estaremos evitando, de imediato, a volta ao bipartidarismo — indesejado e superado —, não só pela instabilidade política que virá a ocorrer, bem como pelo fato de não haver tempo para, com menos paixões, discutirmos uma legislação eleitoral, sem casuísmos, que concretize o pluripartidarismo e assim melhor atendendo à realidade nacional.

DEPUTADOS: Ivete Vargas — Celso Peçanha — Mendonça Falcão — Matheus Schmidt — Fernando Carvalho — Daso Coimbra — Ciro Nogueira — Wall Ferraz — Alcides Lima — Sérgio Lomba — Vicente Queiroz — Heráclito Fortes — Ademir Andrada — Dionísio Hage — Nelson Wedekin — Marcondes Pereira — Irajá Rodrigues — João Bastos — Sebastião Ataíde — Nelson do Carmo — Randolfo Bittencourt — Antônio Câmara — Manoel Viana — Francisco Pinto — Aécio de Borja — Sérgio Cruz — Haroldo Sanford — Nilton Alves — Mansueto de Lavor — Márcio Braga — Leonidas Sampaio — Celso Sabóia — Aécio Cunha — Christóvam Chiaradia — Maçao Tadano — Bonifácio de Andrada — Lúcio Alcântara — Sebastião Rodrigues Jr. — Mendes Botelho — Mário de Oliveira — Cristina Tavares — Israel Pinheiro — Bete Mendes — Saulo Queiroz — Albino Coimbra — Milton Figueiredo — Márcio de Lacerda — Antônio Pontes — João Gilberto — Mozarildo Cavalcante — Raul Ferraz — Walter Casonva — Júlio Caruso — Aloísio Campos — Arthur Virgílio Neto — Mário Frota — Fernando Lyra — Vivaldo Frota — Mário Juruna — Francisco Dias — Márcio Santilli — Eraldo Tinoco — José Mendonça de Moraes — Harry Amorim — Moysés Pimentel — Mattos Leão — Brabo de Carvalho — Paulo Marques — Magalhães Pinto — Aldo Arantes — Casildo Maldaner — Ronaldo Campos — Paulo Lustosa — Renato Vianna — Geraldo Bulhões — José Fernandes — João Hercúlio — Joacil Pereira — Rômulo Galvão — Sebastião Nery — Sinval Guazzelli — Abdias do Nascimento — Evandro Ayres de Moura — João Rebelo — Airon Rios — Del Bosco Amaral — Dante de Oliveira — Walber Guimarães — Raimundo Leite — Joaquim Roriz — Raimundo Asfora — Assis Canuto — Plínio Martins — Adroaldo Campos — José Fogaça — Arnaldo Maciel — Francisco Studart — Reinhold Stephanes — Ludgero Raulino — Nadir Rosseti — Myrthes Bevilacqua — João Divino — Genebaldo Correia — Francisco Rollemberg — Virgildásio de Senna — Marcelo Linhares — Cardoso Alves — Paulo Guerra — Theodorico Ferraço — João Faustino — Melo Freire — Wagner Lago — Gorgônio Neto — Ivo Vanderlinde — Wanderley Mariz — Wilson

Vaz — Gomes da Silva — Jorge Carone — Alécio Dias — Irapuan Costa Jr. — Félix Mendonça — Antônio Osório — Pratiní de Moraes — Fernando Cunha — Flávio Bierrembach — Jorge Leite — Oly Fachin — Guido Moesch — Rubem Figueiró — José Carlos Fagundes — Ângelo Magalhães — José Carlos Teixeira — Jonas Pinheiro da Silva — José Ribamar Machado — Oswaldo Lima Filho — Hélio Duque — Brandão Monteiro — Doreto Campanari — Ruy Côdo — Rubens Ardenghi — Argilano Dario — José Tavares — Siegfried Heuser — Agnaldo Timóteo — Vicente Guabiroba — Amaury Müller — Fernando Gomes — Carlos Wilson — Hermes Zaneti — Roberto Jefferson — Antônio Florêncio — Afrísio Vieira Lima — Edison Lobão — Luiz Dulci — Domingos Leonelli — Francisco Amaral — Múcio Athayde — Valmor Giavarina — Iranildo Pereira — Carneiro Arnaud — Egidio Ferreira Lima — Samir Achôa — Roberto Freire — Luiz Henrique — Ruy Bacelar — João Hermann — Oscar Alves — Eraldo Tinoco — Gerardo Renault — José Moura — Rubem Medina — Pedro Sampaio — Armando Pinheiro — Juarez Bernardes — Ricardo Ribeiro — Floriceno Paixão — José Camargo — Francisco Erse — Siqueira Campos — José Melo — Stélio Dias — Renan Calheiros — Odilon Salmoria — Carlos Vinagre — Sérgio Philomeno — Manoel Ribeiro — Rosa Flores — Tobias Alves — Dilson Fanchin — Inocêncio Oliveira — Salvador Julianelli — Airtton Sandoval — Paulo Zarzur — José Maranhão — José Jorge — Moacir Franco — Gastone Righi.

SENADORES: Nelson Carneiro — João Lobo — Almir Pinto — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — José Lins — Marcelo Miranda — José Fragelli — Raimundo Parente — Jorge Kalume — Itamar Franco — Alberto Silva — Martins Filho — João Calmon — Helvídio Nunes — Claudionor Roriz — Gabriel Hermes — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Hélio Gueiros — Gastão Müller — Guilherme Palmeira — Mário Maia — Enéas Faria — Fábio Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Carlos Chiarelli, Lenoir Vargas, Almir Pinto, Gabriel Hermes, Lourival Baptista, Claudionor Roriz, Galvão Modesto e os Srs. Deputados Oscar Corrêa, Guido Moesch, Ozanan Coelho, Osvaldo Melo e Leorne Belém.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Affonso Camargo, José Fragelli, Itamar Franco, Alfredo Campos e os Srs. Deputados Jorge Leite, Amadeu Geara, Jorge Viana, Elquisson Soares.

Pelo Partido dos Trabalhadores — Sr. Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Sr. Deputado Matheus Schmidt.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) —

A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a Comissão, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de 8 dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

O parecer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 22 de junho próximo.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 15 minutos.)

Ata da 139.^a Sessão Conjunta, em 23 de maio de 1983

1.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Amaral Furlan — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Alvaro Dias — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Alfredo Marques — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Gomes da Silva — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcia Alcântara — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; José Maranhão — PMDB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; José Jorge — PDS; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Ricardo Fiuza — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Hélio Dantas — PDS.

Bahia

Djalma Bessa — PDS; Eraldo Tinoco — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; José Lourenço — PDS; Leur Lomanto — PDS; Raymundo Urbano — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Max Mauro — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Arildo Teles — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; José Eudes — PT; Osmar Leitão — PDS; Sérgio Lomba — PDT; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Anibal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renalt — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; José Carlos Fagundes — PDS; José Ulisses — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Raul Belém — PMDB; Ronaldo Canedo — PDS; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz PMDB.

São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Farabullini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Israel Dias-Noves — PMDB; Ivete Vargas — PTB; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Genésio de Barros — PMDB; Irapuam Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio de Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Amadeu Geara — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Ítalo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Terin — PDS; Emídio Perondi — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Mathheus Schimidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Pratiní de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 196 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, transcorreu, a 15 do corrente, o Dia da Assistente Social, instituído para demonstrar a gratidão da comunidade por quantos transformaram a antiga caridade evangélica num eficiente trabalho de promoção anônima, parcialmente custeado pelo Poder Público.

A profissão de Assistente Social é, atualmente, das mais procuradas, quando as milhares de entidades assistenciais existentes no País se capacitam de que é indispensável sua presença em seus quadros funcionais, para a melhoria dos serviços e a ampliação da confiança que lhe vota a comunidade.

Há alguns decênios, era a caridade cristã — de espíritos, católicos e protestantes — quem procurava atender aos deserdados da fortuna, crianças, velhos e incapazes, propiciando-lhes abrigo, alimentação e cuidados médicos-sanitários.

Nesse particular, merece especial citação o trabalho das Santas Casas de Misericórdia, instituições centenárias em Santos, no Rio de Janeiro, no Recife, em Salvador, em Campinas e na maioria das Capitais brasileiras e em centenas de cidades do interior que, até pouco tempo, eram as únicas instituições assistenciais existentes no País.

Com o desenvolvimento dos estudos, dada à profissão nível superior de ensino, vemos a presença da Assistente Social não apenas nessas Casas de Misericórdia, mas nos hospitais, no atendimento domiciliar, nos ambulatórios, nos orfanatos, nas entidades que atendem a excepcionais e inválidos, em toda parte onde seja necessária a presença de um profissional que se preparou para as atividades assistenciais.

Nos Estados e em grande parte das Prefeituras, há uma Secretaria de Assistência Social e o problema dos desvalidos e abandonados tem merecido crescente atenção do Governo Central, a partir da criação do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Lutam esses profissionais para propiciar melhores dias aos necessitados, principal matéria-prima do trabalho em que se envolvem, merecendo, por isso mesmo, o louvor dos seus concidadãos e a gratidão dos seus assistidos.

Ao comemorar essa data, queremos levar a todos os Assistentes Sociais do País os nossos votos para que o seu trabalho sempre se coroe de êxito, em benefício da coletividade.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, peço que seja transcrito nos Anais do Congresso Nacional artigo do Jornalista Pedro Gomes, publicado na revista *Veja*, sob o título "O Hiato Democrático", que considero da maior importância.

"Não há conceito mais repetido hoje, no Brasil, do que o de democracia. A retórica sobre ela ocupa todo o espaço do processo de abertura, distinguindo apenas entre os satisfeitos e os impacientes com a dosagem já aplicada de liberalização. Mas onde estão os democratas? Existirá de fato um genuíno espírito democrático habitando o corpo das generosas aspirações que mais uma vez mobilizam politicamente a sociedade nacional?"

Num país em desenvolvimento, servido portanto de estruturas políticas e sociais menos consistentes, o modelo de regime aberto, pluralista, participativo, pode chegar a conviver com grande incompetência, por parte das lideranças e da elite dirigente, para o exercício do poder constitucionalizado. O problema consiste em saber se tal modelo aberto pode subsistir escapando aos fastidiosos ciclos de limpeza e arrumação da casa.

Parece evidente que os valores, as virtudes, os procedimentos, as expectativas e os mitos da formação cultural — em sentido lato — do homem brasileiro têm um largo déficit de inspirações democráticas. As nossas modernas gerações nascem de placentas e ambiências que desfiguram a genuína posição liberal. Quando os jovens se tornam adultos, quando os estudantes deixam as universidades, quando as racionalidades da madureza começam a substituir os instintos e as paixões dos verdes anos, verifica-se que lhes faltam os pressupostos de um comportamento verdadeiramente democrático.

A alegação costumeira é a de que o hiato filosófico e ideológico deve ser debitado à falta de continuidade da experiência constitucional no país. Entretanto fica-nos o direito de inverter as

curvas do círculo vicioso e perguntar se isso não resulta, por seu turno, da crise de adesão dos agentes, representantes e fiadores do modelo democrático tantas vezes tentado.

Tais pessoas, freqüentemente, são marcadas por traços que lhes dão o perfil de uma personalidade autoritária e insegura, inibida para os impulsos da auto-iniciativa, da livre concorrência e da criatividade. Esses traços são múltiplos e claros. Há o mito importado do super-homem (agora em escala planetária), os valores glamorizados da onipotência e da violência, o procedimento agressivo ao nível da família e da rua. Há o cacoete da desobediência às regras da cordialidade urbana e da boa educação social. Há o trunfo da esperteza substituindo o da competência e o da competição. Repetem-se os vícios da irresponsabilidade à sombra da tradição de impunidade os preconceitos e as intolerâncias escondidos nas dobras da mimica igualitária. Multiplicam-se as resistências ao aprendizado regular e as complicações entre mestre e discípulo na perda qualitativa do ensino. Enfim, há o sonho e a busca obsessiva do emprego público. Tudo isso são traços vinculados que entram no perfil de uma personalidade autoritária e ao mesmo tempo insegura, inibida por lesão grave para os impulsos da auto-iniciativa, da livre concorrência e da criatividade.

No Brasil estamos tentando novamente simplificar a realidade, definindo o governo como sede exclusiva do autoritarismo e reservando as trincheiras oposicionistas para os democratas autênticos. Na verdade o espírito autoritário aparece em todos os quadrantes do nosso universo sócio-político. Apenas aqui e ali se dissimula sob múltiplos disfarces, aliás nem sempre conscientes. Não foi por acaso que a estatização — opção centralista concentracionária e, a partir de certos limites, prepotente — se aprofundou tanto em nossas águas. O intervencionismo estatal encontrou uma cidadela desguarnecida em nossa claudicante conscientização democrática. Esse avanço nos domínios peculiares da iniciativa, privada e do mercado livre não se fez apenas por via agressiva,

conquistadora. Em numerosos casos houve a capitulação espontânea, a entrega antecipada, a busca solícita do manto paternalista do Estado. Até mesmo no plano das manifestações artísticas ou do simples divertimento popular habituamo-nos a depender dos esquemas e dos subsídios oficiais. Assim o cinema, assim o teatro, o futebol, o carnaval.

Tendo jurado fazer do Brasil uma democracia, o Presidente João Figueiredo vem cumprindo fiel e corretamente as metas que se propôs, porém lhe faltam poderes mágicos para “fazer a cabeça” do brasileiro para o melhor dos regimes. Essa parte da tarefa desloca-se para a faixa do longo prazo, dependendo não só dos governantes e líderes mas sobretudo de processamentos educacionais, psicossociais, culturais. Felizmente, as complexidades derivadas do crescimento econômico e da internacionalização do país inclusive pelo lado negativo da rotunda dívida externa — trabalham no sentido de inviabilizar uma crise de rutura na obra em curso da liberalização, etapa que está alguns graus abaixo da redemocratização. Então, dentro desse balizamento de relativa estabilidade, teremos condições de capturar o elo perdido da nossa evolução democrática, para uni-lo em definitivo ao encadeamento dos símbolos e das instituições. Até aqui, elas vêm sendo cultuadas com esforços e sacrifícios reais, mas sem a plenitude de fé necessária.”

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não há mais oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Sobre a mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 23 de maio de 1983

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1.º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição dos nossos Senhores Senadores Raimundo Parente, João Lobo, Odacir Soares,

Passos Pôrto, Jorge Bornhausen, pelos nobres Senhores Senadores Jorge Kalume, Gabriel Hermes, Almir Pinto, Virgílio Távora, Otávio Cardoso, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 66, de 1983 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.019, de 28 de março de 1983 que “dispõe sobre o cálculo de parcelas da remuneração devida aos magistrados, e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e consideração. — Senador **Jutahy Magalhães**, Vice-Líder do PDS, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. JUAREZ BATISTA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Para uma questão de ordem, tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. JUAREZ BATISTA (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PMDB chama a atenção da Presidência para o § 2.º do art. 29, do Regimento Comum, relativamente à fixação da inexistência de **quorum** para o prosseguimento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — É regimental a questão de ordem de V. Ex.ª. Não existe em Plenário um sexto dos Srs. Senadores e um sexto dos Srs. Deputados.

Antes, porém, de encerrar a sessão, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às onze horas, neste Plenário, com a seguinte Ordem do Dia:

Discussão, em turno único, dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 39 e 40, de 1983-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis n.ºs 1.993 e 1.996, de 1982; e

Apreciação da Mensagem Presidencial n.º 38, de 1983-CN, referente ao Decreto-lei n.º 1.995, de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do.

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70.160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF